



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8264

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Retirados de pauta, rejeitados, prejudicados, sobrestados

Autoria: Alfredo Ramos Neto

Data: 27/01/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 14/2011. (RETIRADO). Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, em estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados e similares.

Controle Interno – Caixa: 27.6

Posição: 20

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Indente
Cl: 27.6
Ordem: 20
nº fls: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 14/2011

AUTOR: Ver. Alfredo Ramos

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Prestação de Serviços de
Acondicionamento ou Embalagem das Compras em Estabelecimentos Comerciais
Autodenominados de Supermercados e ou Similares.

MOVIMENTO

Entrada em 27/01/2011

Comissão de Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM
- 3 - 29.03.2011
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete Vereador Alfredo Ramos



*As comissões
27/04/2011
[assinatura]*

PROJETO DE LEI 14 /2011

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras em estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados e ou similares."

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados, hipermercados ou similares ficam obrigados a prestar serviços de acondicionamento ou embalagem dos produtos adquiridos por seus clientes.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, entende-se por serviços de acondicionamento ou embalagem o empacotamento ou a colocação em sacolas dos produtos ali adquiridos, por pessoas contratadas para este fim pelos referidos estabelecimentos, denominada de empacotador.

§ 2º - Excluem-se desta obrigatoriedade os estabelecimentos de pequeno porte, assim entendidos os que tenham menos de 6 (seis) caixas registradoras.

Art. 2º - Para cada três máquina registradora (checkouts) em operação haverá pelo menos um funcionário encarregado da tarefa referida no caput do art. 1º, devidamente uniformizado e identificado.

Art. 3º - Os estabelecimentos acima referidos deverão afixar, em locais visíveis, no seu interior, cartazes informando aos clientes sobre a obrigatoriedade da prestação daqueles serviços.

Art. 4º - O Executivo Municipal terá 60 (sessenta) dias para elaborar decreto determinado a forma de fiscalização da lei e a fixação de sanções pelo descumprimento desta lei.

A

| | |
|-------------------------------|--|
| PROTOCOLO | |
| <input type="checkbox"/> EXPL | <input checked="" type="checkbox"/> RECEB. |
| 26/04/2011 | |
| HORA: 14:00 | |
| ASS: [assinatura] | |

Art.5º – As denúncias dos clientes, devidamente comprovadas, serão apresentadas ao PROCON Municipal ou dos órgãos que o suceder, que deverá tomar as providências cabíveis para o cumprimento desta lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 27 de janeiro de 2011.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alfredo Ramos', is written over a printed name.

Alfredo Ramos

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 27 DE MAIO DE 2011

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete Vereador Alfredo Ramos



PROJETO DE LEI _____/2011

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei visa melhorar o atendimento ao consumidor, que ao efetuar suas compras tem que ter atendimento priorizado, tendo funcionários para efetuar o acondicionamento de suas compras, denominados empacotador, além de humanizar o trabalho do operador de caixa, que hoje é sobrecarregando com mais essa tarefa.

Esta providência se faz necessária em razão da alta incidência de doença profissional que ocorre com trabalhadores em checkouts (caixas), bem como obedecendo ao Anexo I da NR17 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim a legislação proposta vai permitir comodidade daqueles estabelecimentos comerciais e a geração de centenas de novos empregos em nossa cidade.

A



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI 014/2011 “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Prestação de Serviços de Acondicionamento ou Embalagem das Compras em Estabelecimentos Comerciais Autodenominados de Supermercados ou Similares”, de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo tornar obrigatório que os supermercados ou similares prestem o serviço de acondicionamento ou embalagem dos produtos por eles vendidos.

Ao assim proceder o projeto em questão está legislando acerca de questão trabalhista isto porque obrigaria às empresas em questão a contratar ou remanejar funcionários para tanto.

Dispõe o artigo 22 da Constituição Federal:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Portanto, é vedado ao município legislar sobre questões trabalhistas, como no caso presente.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 18 de março de 2011.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo